

APRECIACÃO PÚBLICA

249

Diploma:

Proposta de Lei n.º 15/XV/1.º (GOV) Projecto de lei n.º ____/XV (....º) Proposta de alteração

Identificação do sujeito ou entidade (a)

Trabalhadores da Empresa: Função José Serroja Local de Trabalho: _____

Casa das Brás

Morada: Rua dos Bacalhões, n.º 10

Código Postal 1100 135 Local Lisboa

Endereço Electrónico secretaria@joserroja.net

Contributo:

Os trabalhadores abaixo assinados rejeitam a Proposta de Lei n.º 15/XV/1.º(GOV), que altera a legislação laboral no âmbito da Agenda para o Trabalho Digno, apresentada pelo Governo do PS, porque:

Não revoga o regime da sobrevigância e caducidade das convenções colectivas de trabalho, mantendo em vigor todas as normas que subvertem o direito constitucional de contratação colectiva e provocam o desequilíbrio das relações laborais em favor dos patrões e em prejuízo dos direitos dos trabalhadores, e não repõe o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;

Não resolve, e ainda contribui para o agravamento, das inaceitáveis limitações ao exercício da liberdade sindical, que se caracteriza pela negação do livre acesso dos sindicatos a todos os locais de trabalho e, consequentemente, dos respectivos trabalhadores ao contacto com as suas organizações representativas;

Perpetua a precariedade laboral; porque não afirma de modo definitivo o princípio de que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um contrato de trabalho efectivo;

Continua a permitir o recurso ao trabalho temporário e ao outsourcing para ocupação de postos de trabalho permanente, legitimando as empresas que abusam deste tipo de contratos;

Mantém o período experimental de 180 dias para os trabalhadores à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração, permitindo que este seja abusivamente utilizado como instrumento de precarização laboral;

Não reduz para as 35 horas o tempo de trabalho para todos os trabalhadores sem perda de retribuição, num contexto de avanços científicos e tecnológicos que o permitem;

Não promove a conciliação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar, porque não revoga os mecanismos de desregulação do tempo de trabalho como a adaptabilidade e o banco de horas;

Não limita os fundamentos que permitem o crescente recurso à laboração contínua, aumentando a exploração e criando dificuldades crescentes aos trabalhadores na gestão da sua vida pessoal e familiar

Não revoga os regimes de compensação e indemnização por despedimento introduzidos no tempo da Troica e do governo PSD/CDS, mantendo a mesma lógica de facilitação e embaratecimento dos despedimentos;

Recusa a revogação de normas que reduzem de modo directo o rendimento dos trabalhadores, nomeadamente os acréscimos remuneratórios pela prestação de trabalho suplementar e não repõe os respectivos descansos compensatórios;

Não garante o efectivo reforço dos meios materiais e humanos da Autoridade para as Condições de Trabalho, que permitam uma fiscalização e controlo eficazes do cumprimento da lei e do respeito pelos direitos dos trabalhadores por parte das entidades patronais;

Data 18 julho 2022

Assinaturas

Trodic Nogueira

Sebio Pacheco Lf.

Vera Rosa
Amorim

BAPTISTAS